Dos desequilíbrios orçamentais ao seu ajuste

A SAÚDE É INVESTIMENTO

No momento em que se avizinham dificuldades acrescidas para os portugueses – em consequência de políticas despesistas e de um fluxo especulativo, jamais visto, por ausência de controlo político sobre o sector financeiro à escala internacional – a responsabilidade de compromisso para com o futuro é determinante para que a esperança renasça.

Assumem particular importância as questões sociais onde a segurança individual só pode ser assegurada pelo esforço colectivo devidamente estruturado e política, económica e socialmente construído.

Recaem nesta esfera a Saúde, a Educação e a Justiça.

A Ordem dos Enfermeiros tem como desígnio fundamental garantir a promoção da qualidade dos cuidados de Enfermagem prestados à população e, consequentemente, promover o desenvolvimento, regulamentação e controlo do exercício profissional dos enfermeiros no respeito pela ética e deontologia profissional. Consequentemente, e no que à Saúde diz respeito, a Ordem dos Enfermeiros não pode deixar de afirmar:

> ***Sendo este o compromisso e mandato social que a Enfermagem portuguesa assume, dele decorre o dever de contribuir para que a actual situação e a busca de soluções não comprometam o acesso a cuidados de saúde de qualidade por parte dos cidadãos residentes em Portugal.***

Assim, entende a Ordem dos Enfermeiros ser seu dever manifestar que, no quadro das respostas organizadas em Saúde, o Serviço Nacional de Saúde (SNS) tem sido o eixo estruturante do sistema de saúde português e, mais do que nunca, o seu reforço é essencial porque:

- Num quadro de grande precariedade socioeconómica com que muitos portugueses já se confrontam, com tendência para se agravar, as necessidades de resposta às situações de doença vão aumentar;
- Num quadro de restrições financeiras às instituições haverá tendência, que já se começa a manifestar, para «cortes cegos» em áreas que colocarão em carência aspectos básicos que comprometem a prestação de cuidados aos cidadãos;
- Num quadro de submissão à tentação de mostrar obra física (remodelação de instalações, novas unidades hospitalares) surgem parcerias com o sector privado e social sem o aproveitamento integral dos recursos instalados, em detrimento da disponibilidade para reforçar a presença de recursos humanos e materiais para a prestação de cuidados;
- Num quadro de insuficiente investimento nos meios necessários para os cuidados de proximidade (Cuidados de Saúde Primários e Cuidados Continuados Integrados), conjugados com uma consequente diminuição de recurso a cuidados hospitalares, de

custos mais elevados, continua a fazer-se um caminho lento face às necessidades e aos recursos possíveis de disponibilizar.

Temos a convicção de que é possível fazer mais com os recursos disponíveis, se bem aproveitados.

Para isso é necessário, de uma forma sistemática e persistente, sem demagogias, inverter o rumo do que efectivamente pode colocar em risco o acesso aos cuidados e a qualidade dos mesmos.

Os dados disponíveis apontam para:

- O desaproveitamento dos recursos humanos disponíveis, nomeadamente de enfermeiros com competências para garantir o necessário suporte, avaliação e encaminhamento, se necessário, às pessoas portadoras de doenças crónicas, consequência da manutenção de um modelo determinista assente na ideia de que só há saúde se houver médicos;
- O desperdício, no que à gestão das organizações diz respeito, por contratação massiva de gestores em detrimento das competências de muitos profissionais: médicos, enfermeiros e outros que podem garantir a gestão equilibrada, de acordo com as necessidades dos cuidados e a ponderação dos riscos possível, pelos conhecimentos e competências inerentes à natureza das suas profissões;
- A crónica situação de ausência de comunicação estruturada entre os vários níveis de cuidados e o desperdício em repetição de práticas de diagnóstico com os custos que tal representa;
- A ausência de um efectivo controlo do custo-benefício da introdução de novas tecnologias de Saúde, seja na área do medicamento, seja na área dos meios de diagnóstico, com o descontrolo de gastos que isso implica;
- A permanente transferência para soluções de recurso que suportam interesses privados, sem que haja uma total utilização dos recursos instalados;
- A duplicação de serviços em espaços físicos e geográficos apenas para a satisfação de interesses instalados, em detrimento da rentabilização integral e integrada dos mesmos, levando a volumes de gastos questionáveis, seja em trabalho extraordinário para alguns – nomeadamente algumas especialidades médicas –, seja em duplicação de equipas e / ou restrições para outros – entre os quais se encontram os enfermeiros, onde as horas de cuidados necessárias não estão cobertas pelo número de enfermeiros que estão afectos aos serviços;
- Gastos em medicamentos com ausência do necessário suporte à gestão do regime terapêutico, concretamente no que respeita a pessoas idosas e portadoras de doenças crónicas.

O sistema de saúde português tem efectivas distorções que urge corrigir de um modo que vá além de medidas imediatistas. Só num quadro de planificação de médio e longo prazo é possível impulsionar e congregar de imediato vontades, capazes de serem agregadoras e organizadoras

de respostas equitativas que a realidade exige, a favor de um quadro de sustentabilidade financeira duradoura.

As evidências aqui referidas estão há muito produzidas. A análise realizada pela Equipa de Peritos da Organização Mundial da Saúde (OMS), aquando da avaliação do Plano Nacional de Saúde (PNS) 2004 / 2010 e perspectivas de desenvolvimento do PNS 2011 /2016 reforçam o que há muito vimos afirmando.

Os profissionais e as suas organizações, nomeadamente as detentoras de responsabilidades de regulação profissional como são as Ordens, deverão ser entendidos como efectivos parceiros para a solução dos problemas – e não como entraves.

No que aos enfermeiros diz respeito, importa referir que são o grupo profissional que, detentor de sólida qualificação científica e técnica, é maioritário no sector da Saúde. Assumem a continuidade dos cuidados ao longo das 24 horas nas unidades de saúde, e, nos cuidados de proximidade onde as pessoas vivem, intervêm nas e com as famílias e grupos, gerando capacitação para que os destinatários dos seus cuidados possam melhor vivenciar os processos de saúde-doença.

Desperdiçar estas competências, seja pela organização de cuidados – que em muitas situações não permite a demonstração da existência da mais-valia dos cuidados de Enfermagem – seja por deixar de fora da actividade profissional jovens que se vêem obrigados abandonar o País, é um desperdício da riqueza nacional que empobrece a melhoria das respostas em Saúde e o acesso aos cuidados.

Aqui se deixa o registo da nossa disponibilidade para contribuir para soluções ajustadas e equitativas, capazes de unir esforços para que os gastos em Saúde sejam efectivamente para a melhoria do acesso e da qualidade dos cuidados aos cidadãos.

Lisboa, 28 de Abril 2011

O Conselho Directivo da Ordem dos Enfermeiros